



**PARECER FINAL DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, CONTROLE E
MONITORAMENTO DO CONTRATO DE RESULTADOS Nº. 001/2015**

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste Parecer é a apreciação qualitativa do relatório de acompanhamento elaborado pela Superintendência de Planejamento Governamental, através Gerência de Avaliação, Controle e Gestão por Resultados, referente ao Contrato nº. 001/2015, celebrado entre o Prefeito do Município de Goiânia e a Secretaria Municipal de Finanças, referente ao período de 01/07/2015 a 31/12/2015.

O Contrato em questão tem como objeto a contratualização das metas e resultados esperados na gestão da Administração Pública Municipal, em conformidade com o Plano de Governo e o Plano Plurianual 2014-2017, mantidas as atividades necessárias ao cumprimento das competências institucionais do órgão, constantes no Art. 22 da Lei Complementar nº. 276, de 03 de junho de 2015.

Esta avaliação está embasada na cláusula quinta do Contrato nº 001/2015, e no art. 1º da Portaria nº 42/2015, que constitui a Comissão para realizar a avaliação, controle e monitoramento do desempenho da Secretaria Municipal de Finanças, com apoio técnico da Superintendência de Planejamento Governamental, conforme disposto no Anexo I do Contrato de Resultados nº 001/2015.

Conforme Portaria nº. 42, de 21/09/2015, esta comissão é integrada pelos seguintes membros:

| NOME | REPRESENTAÇÃO NA COMISSÃO | MATRÍCULA |
|------------------------------|---|------------------|
| Paulo César Fornazier | Representante do Contratante | 497312 |
| Neila Azevedo Schults | Representante da Contratada | 371386 |
| Roberta Ferreira da Silva | Gerente de Avaliação, Controle e Gestão por Resultados | 1268279 |

| | | |
|-----------------------------------|--|---------|
| Ieda Salvador Silva Ramos | Representante da Controladoria Geral do Município | 660230 |
| Fernanda Silva Martins | Representante da Secretaria Municipal de Administração | 1052900 |
| Karine Marques Rodrigues Teixeira | Representante da Unidade de Coordenação do Plano de Ação Goiânia Sustentável | 395064 |

O Sr. PAULO CESAR FORNAZIER não compareceu a reunião, tendo enviado como representante o Sr. Tiago Vieira Teodoro; A Sra. NEILA AZEVEDO SCHULTS não compareceu a reunião, tendo enviado como representante o Sr. Rafael Rocha Freitas; A Sra. FERNANDA SILVA MARTINS não compareceu, tendo enviado como representante a Sra. Bianca Massi da Cunha Bueno. A Sra. IEDA SALVADOR SILVA RAMOS não compareceu, tendo enviado como representante o Sr. Heli Camilo do Nascimento. A Sra. KARINE MARQUES RODRIGUES TEIXEIRA não compareceu a reunião, tendo enviado como representante a Sra. Emília da Silva.

2. AVALIAÇÃO DOS INDICADORES E METAS

PERÍODO - JULHO A DEZEMBRO/2015

| INDICADOR | PES | VALOR REF. | META 31/12/2015 | | REALIZADO | | RESULTADO META (%) | CONCEITO | |
|--|----------|-------------|-----------------------|---------|-------------|---------|--------------------|---------------|------------------|
| | | | VALOR | % | VALOR | % | | | |
| Receita Tributária Própria per Capita | 3 | 846,85 | 973,88 | 15,00% | 943,82 | 11,45% | 76,34% | BOM | |
| Despesas de Custeio | 2 | 123.713.995 | 105.156.896 | -15,00% | 121.378.193 | -16,07% | 100,00% | EXCELENTE | |
| Índice de Satisfação dos Clientes SEFIN | 1 | - | 90% | 90% | 66,30% | 66,30% | 73,67% | BOM | |
| Índice de Cumprimento de Prazo na Entrega de Balanços e Balançetes | 2 | - | 100% | 100,00% | 92,31% | 92,31% | 92,31% | EXCELENTE | |
| Índice de Déficit Corrente | 1 | >5% | <5% | <5% | 1,33% | 1,33% | 95,00% | EXCELENTE | |
| MÉDIA PONDERADA | 9 | | CONCEITO FINAL | | | | | 86,92% | MUITO BOM |

PERÍODO - OUTUBRO A DEZEMBRO/2015 (4º TRIMESTRE)

| INDICADOR | PESO | VALOR REF. | META 31/12/2015 | | REALIZADO | | RESULTADO META (%) | CONCEITO |
|--|----------|-------------|-----------------------|---------|-------------|---------|--------------------|------------------|
| | | | VALOR | % | VALOR | % | | |
| Receita Tributária Própria per Capita | 3 | 846,85 | 973,88 | 15,00% | 943,82 | 11,45% | 76,34% | BOM |
| Despesas de Custeio | 2 | 123.713.995 | 105.156.896 | -15,00% | 121.378.193 | -16,07% | 100,00% | EXCELENTE |
| Índice de Satisfação dos Clientes SEFIN | 1 | - | 90% | 90% | 70,52% | 70,52% | 78,36% | BOM |
| Índice de Cumprimento de Prazo na Entrega de Balanços e Balancetes | 2 | - | 100% | 100,00% | 84,21% | 84,21% | 84,21% | MUITO BOM |
| Índice de Déficit Corrente | 1 | >5% | <5% | <5% | 2,08% | 2,08% | 90,00% | EXCELENTE |
| MÉDIA PONDERADA | 9 | | CONCEITO FINAL | | | | 85,09% | MUITO BOM |





2.1. OBSERVAÇÕES ACERCA DO RESULTADO ALCANÇADO:

2.1.1. INDICADOR I - RECEITA TRIBUTÁRIA PER CAPITA

Valor apurado – R\$ 943,82

Meta alcançada – 76,34%

a) Justificativa apresentada pela Superintendência de Administração Tributária

O não atingimento das metas previstas não se deu por uma questão estrutural, mas entendemos que se deu basicamente por um problema conjuntural econômico nacional e internacional.

No cenário internacional, temos uma crise econômica desde 2013 na Europa que se alastrou para os países da Zona do Euro, chegando a atingir mais fortemente em 2015 os países asiáticos, principalmente a China que é um importante parceiro econômico mundial, e um mercado consumidor extraordinário.

No cenário interno, desde 2014 o país vem iniciando um processo de desaceleração econômica, com elevadíssimo aumento, para não dizer descontrole, no gasto público. Gastos estes que se elevaram muito com obras de infraestrutura para a Copa do Mundo de futebol de 2014, Olimpíadas de 2016, obras bastante questionáveis por uns e consideradas indispensáveis por outros, com investimentos bilionários, como a Usina Hidroelétrica de Belo Monte e a transposição do Rio São Francisco. Some-se a isto inúmeras denúncias de super faturamento, desvios de recursos, e escândalos de corrupção na Petrobras, que além de elevar ainda mais os gastos públicos, levou o país a um elevadíssimo grau de instabilidade política, com a investigação, denúncia, prisão e envolvimento de grandes empresas e políticos em 2015.

Temos ainda um enorme endividamento de parcela da sociedade que havia experimentado nos últimos 10 anos a estabilidade econômica, queda e controle da inflação, crescimento do PIB, queda da taxa de juros, controle cambial com valorização do Real (moeda) e grande estímulo ao crédito. Este estímulo ao crédito, principalmente das



classes C e D, fez com que os cidadãos literalmente "fossem às compras", adquirindo imóveis e veículos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos da linha branca, viagens e compras no exterior com o câmbio favorável.

Com início em 2013 e se agravando muito em 2015, o país começa a sofrer os efeitos de uma desaceleração da economia mundial (exceto a norte-americana), do alto endividamento do setor público que continua fazendo altíssimos investimentos e elevando seus gastos, principalmente com o custeio da máquina, previdência e programas sociais/habitacionais, com queda na arrecadação resultante de desaceleração da economia e incentivos fiscais, e conseqüente queda do investimento privado, restrição de crédito e elevação da taxa de juros para controle da inflação, que ao mesmo tempo que estimula o consumo, mas estimula também a especulação no mercado financeiro em detrimento do investimento privado na produção de bens e na indústria em geral. Elevação esta na taxa básica de juros que onera o consumidor nas compras financiadas. Buscando manter os investimentos privados na produção, buscou-se estimular o consumo através de incentivos fiscais para as indústrias, principalmente de bens de consumo, o que conseqüentemente, acabou levando a uma queda na arrecadação de todos os entes federativos. Portanto, entra-se num ciclo vicioso, em que o estímulo ao consumo pela redução das taxas de juros leva a um aumento da inflação pelo crescimento da demanda, afetando o poder de compra do cidadão, que gera conseqüentemente uma elevação da taxa de juros para controle da inflação, que eleva a dívida pública, desestimula o consumo, gerando desemprego e estimula a aplicação no mercado financeiro em detrimento da produção, reduzindo mais ainda a arrecadação.

Para completar o cenário nebuloso, com a desconfiança dos investidores no país e a retomada do crescimento econômico norte-americano, ainda que tímida, fez com que os investidores internacionais debandassem seus recursos na busca de um porto mais seguro com águas menos turbulentas, que levou a uma fuga de dólares do país, bem como aumentou a demanda pela moeda daqueles que se encontravam endividados na moeda americana e que queriam se proteger da variação cambial, que acabou de fato ocorrendo pelo aumento da demanda e escassez da moeda no mercado, iniciando 2014 por volta de R\$ 2,30, chegando a R\$ 2,64 no início de 2015 culminando com um câmbio



de aproximadamente R\$ 4,00 no final de 2015, o que gerou um aumento expressivo na nossa balança comercial com o aumento das exportações, principalmente da agroindústria, porém em contrapartida onerou as importações, culminando com elevação dos custos de produção e do preço do produto ao consumidor final. Ou seja, mais inflação, menos poder de compra, menos consumo, mais desemprego, menos impostos, menos arrecadação e aumento da dívida pública.

Com tamanha crise política instaurada no país, total descrédito dos investidores nos agentes públicos, crescimento do gasto e do endividamento públicos, elevação da inflação, chegando a 10,67% em 2015, taxa básica de juros acima de 15%, desaceleração da economia internacional, aumento do desemprego e do endividamento das famílias e restrições de crédito, podemos dizer que o Brasil passa por um momento muito delicado, necessitando de ajustes fiscais bastante contundentes para controle do gasto e endividamento públicos, controle da inflação, redução da taxa de juros, controle de desperdício e das compras públicas, combate a corrupção, e principalmente as reformas tão urgentes e necessárias para aumentar a confiança do investidor no país: política, fiscal, administrativa, tributária, previdenciária e do judiciário. É preciso enfrentar a realidade e combater os interesses contrários às mudanças imprescindíveis. É preciso um pacto político e federativo real, de fato, despido de orgulho, vingança, rancor e egoísmo para que o país possa avançar e retomar seu crescimento econômico, estimulando o investimento, a geração de empregos e a redução das desigualdades sociais.

É preciso sim de ajustes imediatos, mas não se pode perder de vista o horizonte, que é para onde se quer ir. E para isto, é preciso também que todo este esforço de retomada se traduza em investimento maciço na educação, na pesquisa, na ciência e na geração do conhecimento, que foi o que levou países como o Brasil a se tornarem potências mundiais com elevado estado de bem estar social aos seus cidadãos.

Enfim, diante deste cenário descrito, não nos cabe aqui criar ou inventar fatos para justificar o que já vinha se desenhando desde 2013 e se aprofundou em 2015, que é uma crise política e econômica que se abateu sobre nosso país e como um ente federativo



importante que o é, a cidade de Goiânia não poderia deixar de sofrer suas conseqüências.

Mesmo diante de tantos fatos adversos se desenhando, a Secretaria de Finanças não se quedou inerte, e trabalhou incansavelmente para minimizar os efeitos desta crise.

Elaborou um planejamento estratégico detalhado, com projetos, ações, metas e resultados. Metas estas até ousadas demais, poderíamos dizer, diante do cenário que se apresentava. Mas entendíamos que era necessário se estabelecer metas ousadas para não sermos surpreendidos com um cenário ainda mais grave se concretizando, como de fato ocorreu com o decorrer do ano.

Tomamos a iniciativa de liderar projetos de reforma administrativa, redução de desperdício, ajuste fiscal, revisão de contratos, reestruturação de toda sistemática orçamentária e financeira municipal, auditoria na folha de pagamento, enfim, várias ações com a finalidade de melhorar nossos instrumentos de controle e redução do gasto público. De outro lado, iniciamos também muitas ações para combater a evasão fiscal, a sonegação, a inadimplência e o incremento de receita, tais como:

- Revisão de toda legislação tributária, minimizando pontos de conflito e divergência com as demais legislações, normatizando a sistemática de fiscalização tributária com novos instrumentos de acompanhamento, controle e constituição do crédito tributário de forma mais ágil e segura;
- Constituição dos créditos tributários por auto de infração de forma eletrônica dos débitos declarados;
- Processo constante de exclusão e indeferimento de empresas do Simples Nacional com pendências cadastrais e fiscais;
- Cruzamento dos dados nas Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas com as informações dos substitutos tributários (REST), para identificação de elisão ou sonegação fiscal;
- Inscrição em dívida ativa e ajuizamento de execuções de cobrança de milhares de contribuintes em dívida com o Município;
- Inscrição de milhares de devedores no Cartório de Protesto de Títulos;
- Programas de renegociação de débitos, propiciando o ingresso de receitas imediatas e parceladas em curto e médio prazos;



- Tentativas incansáveis de revisão da planta de valores para lançamento do IPTU, tendo sido aprovada uma nova revisão para 2016;
- Revisão de toda legislação do ISTI, inclusive com a definição de pauta mínima para cálculo e regulamentando as ações fiscais;
- Ações fiscais intensas nos processos de integralização de capital com isenção condicional do ISTI;

Além destas, ainda estão em andamento várias ações que devem implicar em combate à queda da arrecadação, evasão fiscal e até mesmo um incremento, que é o que trabalhamos para que aconteça.

Apesar de não termos tido uma queda nominal na arrecadação, houve uma queda real, considerando-se o IPCA de 10,67% em 2015, que refletiu obviamente na nossa Receita Tributária Própria, e na nossa meta de Crescimento da Receita per Capita.

Mesmo com todos os esforços individuais e coletivos dos servidores da Secretaria de Finanças, atribuímos o baixo crescimento da nossa Receita per Capita a todos os fatores já relatados anteriormente, e principalmente à conjuntura política e econômica por que passa o país, afetando sobremaneira as receitas tributárias da União, Estados e Municípios, afetados pela desaceleração econômica, desconfiança dos investidores, inflação elevada, alta das taxas de juros e do câmbio, aumento do desemprego, aumento da inadimplência e queda do PIB.

Continuamos trabalhando, reavaliando nosso planejamento, ajustando as velas e navegando firme contra a maré e as tempestades em busca de águas tranquilas. Muito tem sido feito e muito ainda há de ser feito, mas é preciso que todos os agentes públicos e a sociedade caminhem juntos em uma única direção para retomarmos o crescimento e desenvolvimento.

2.1.2. INDICADOR II - % DE REDUÇÃO DAS DESPESAS DE CUSTEIO

Valor apurado – (-16,07%)

Meta alcançada – 100%



a) Considerações

Conforme demonstrado no Relatório Trimestral o indicador não atingiu a meta estipulada apurando no cálculo o índice nominal de (-1,89%), assim, consoante deliberado pela Comissão o indicador foi recalculado considerando o Índice da inflação de 14,18%, apurando assim índice real de (-16,07%).

2.1.3. INDICADOR III - ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES SEFIN

Valor apurado (julho a dezembro/2015) – **66,30%**

Meta alcançada (julho a dezembro/2015) – **73,67%**

Valor apurado (outubro a dezembro/2015) – **70,52%**

Meta alcançada (outubro a dezembro/2015) – **78,36%**

a) Justificativa apresentada pela Diretoria de Administração e Finanças

No período de julho à dezembro de 2015 foram entrevistados 581 contribuintes atendidos nos guichês da Secretaria Municipal de Finanças, no Paço Municipal. O universo pesquisado compreende os atendimentos realizados pela Superintendência de Administração Tributária nos guichês 01 à 06, que realiza atendimentos quanto à: NF Eletrônica, REST, DMS, Alteração de Cadastro (Informações e Andamento), Simples Nacional, Programação Fiscal (Fiscalização do ISS e ISS da Construção Civil/Estimativa) e Plantão Fiscal. Para estes atendimentos não existe nenhuma ferramenta que controle a demanda de atendimentos. O universo pesquisado compreende ainda os atendimentos realizados pela Superintendência de Cobrança da Dívida Ativa que realiza atendimentos quanto à: Instrução de Parcelamento (negociação de débitos); Informações de Protesto; Autos de Infração/Cobrança de Dívida Ativa; Orientação Jurídica e Cumprimento de Sentenças, com realização de cerca de 3.000 atendimentos mensais. Os resultados estão demonstrados no Anexo III, onde pode-se observar que com o advento do Contrato de Resultados houve melhora significativa no atendimento realizado na SEFIN, porém os componentes relacionados à infraestrutura e localização tem prejudicado o índice. Com a

www.goiânia.go.gov.br



implantação da Central de Atendimento ao Cidadão - ATENDE FÁCIL, este problema tende a ser resolvido

b) Considerações

As pesquisas realizadas no período avaliado apresentaram um *outlier*, ou seja, uma apuração atípica no mês de outubro/2015 de 83,51%. No tratamento dos dados, do ponto de vista estatístico, conforme prevê a literatura, o *outlier* foi excluído da amostra, objetivando eliminar distorções na apuração do resultado do indicador.

2.1.4. INDICADOR IV - ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DE PRAZO NA ENTREGA DE BALANÇOS E BALANCETES

Meta alcançada (Julho a Dezembro/2015) – **92,31%**

Meta alcançada (Outubro a Dezembro/2015) – **84,21%**

a) Justificativa apresentada pela Diretoria de Contabilidade

Em relação a entrega dos Balancetes dos meses de Setembro, Outubro e Novembro/2015 para Controladoria Geral do Município – CGM, esclarecemos que para atendimento dos prazos junto a CGM, necessitamos que todos os documentos que compõem os Balancetes tenham sido encaminhados a Diretoria de Contabilidade, como notas de empenhos, liquidações, ordens de pagamentos, entre outros, de forma a evitar as diligências por erros formais. Ressaltamos que o fluxo do processo administrativo da Prefeitura juntamente com o grande volume de documentos, que aumenta ao final de cada exercício, impossibilita que tenhamos todas as peças devidamente certificadas até a data da entrega dos balancetes a Controladoria.

Ressaltamos também que tal situação é a principal causadora dos atrasos nas entregas dos balancetes, pois a esses documentos, até o exercício de 2015, fazem parte formal do Balancete Mensal. Outro agravante esta na dependência dos documentos que devem ser



enviados por parte dos demais órgãos da Administração Direta, o que prejudica a formalização do Balancete.

Neste sentido, podemos depreender que mesmo com o grande esforço para atender a legislação Municipal e outras demais, a questão formal do balancete fica prejudicado por tais problemas.

2.1.5. INDICADOR V - ÍNDICE DE DÉFICIT CORRENTE

Valor apurado (Julho a Dezembro/2015) – **1,33%**

Meta alcançada (Julho a Dezembro/2015) – **95%**

Valor apurado (Outubro a Dezembro/2015) – **2,08%**

Meta alcançada (Outubro a Dezembro/2015) – **90%**

1) Justificativa apresentada pela Superintendência do Tesouro e Administração Financeira

A Prefeitura de Goiânia tinha o hábito operacional de no final de cada exercício inibir as liquidações das despesas já executadas, inclusive das despesas de carácter continuado como fornecimento de energia elétrica e telefonia, por exemplo. Esse procedimento diminui de forma equivocada a inscrição de Restos à Pagar, o que a partir do exercício de 2015 não ocorreu mais. Ou seja, a SEFIN orientou todos os órgãos da administração no sentido de liquidar todas as despesas aptas, e em comunhão com a crise financeira que assola o País obtivemos um volume alto de liquidações sem desembolso, os quais serão devidamente inscritos em Restos à Pagar conforme dispõe a legislação vigente. Em suma, a mudança operacional descrita e a crise financeira implicaram no aumento excessivo do volume de liquidações sem pagamento.

3. PONTUAÇÃO FINAL

A pontuação apurada pela Comissão de Avaliação, Controle e Monitoramento do Contrato nº 001/2015, baseada no Relatório Final de Acompanhamento do Contrato de



Resultados, elaborado pela Superintendência de Planejamento Governamental, através Gerência de Avaliação, Controle e Gestão por Resultados foi de 86,92%.

Desempenho Global da Secretaria Municipal de Finanças no Período

| % Pontuação Apurada no 1º Trimestre | % Pontuação Apurada no 2º Trimestre | % Pontuação Final Apurada |
|--|--|----------------------------------|
| 74,94% | 85,09% | 86,92% |

Conforme prevê o Contrato de Resultados nº 001/2015, no Anexo I, item 3.11, o valor da Gratificação por Desempenho Institucional – GDI será definido através do percentual obtido na apuração do Desempenho Final da Secretaria Municipal de Finanças (peso 7) e do percentual obtido pelo servidor na Avaliação de Desempenho Individual (peso 3). Para atribuição da GDI referente aos meses de fevereiro, março e abril de 2016 será realizado o cálculo conforme tabela abaixo:

| Item Avaliado | Peso | % Atribuído |
|--|-------------|-----------------------|
| Desenvolvimento da Contratada no 2º Trimestre Avaliado | 7 | 85,09 |
| Avaliação de Desempenho Individual | 3 | Pontuação do Servidor |

Em conformidade com o item 4.2, do Anexo I, do Contrato de Resultados nº 001/2015, caso o valor das GDIs superar o limite previsto, os valores individuais deverão sofrer redução proporcional à quantia superada.

Conforme prevê a cláusula segunda, item 4.1, do Primeiro Termo Aditivo - Contrato de Resultados n.º 001/2015, fica estabelecida a importância de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), como valor mensal máximo do desembolso destinado ao pagamento das Gratificações de desembolso Institucional - GDI.



4. RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

4.1. RECOMENDAÇÕES DA REUNIÃO ATUAL

- 1) Foi deliberado pela comissão que o indicador "% de Redução das Despesas de Custeio" será considerado o Índice real, isto é, será considerada a inflação para o cálculo do indicador, sendo o índice nominal apurado de 1,89%, o índice da inflação de 14,18%, e o índice real final de 16,07%, assim sendo o atingimento de 100% da meta proposta.

5. CONCLUSÃO

A Comissão de Avaliação, Controle e Monitoramento, conforme demonstrado ao longo deste Parecer, atribui os seguintes resultados e conceitos:

PONTUAÇÃO FINAL: 86,92%

CONCEITO: MUITO BOM

Diante desse resultado a Comissão de Avaliação, Controle e Monitoramento aprova o Relatório Final de Acompanhamento do Contrato de Resultados nº 001/2015 da Secretaria Municipal de Finanças, referente ao período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2015.

É o parecer.

Goiânia, 01 de fevereiro de 2016.


Tiago Vieira Teodoro

Representante de Paulo César Fornazier
Membro


Rafael Rocha Freitas

Representante de Neila Azevedo Schults
Membro



**PREFEITURA
DE GOIÂNIA**

[Handwritten signature]
Roberta Ferreira da Silva
Membro

[Handwritten signature]
Heli Camilo do Nascimento
Representante de Ieda Salvador Silva
Ramos
Membro

[Handwritten signature]
Bianca Massi da Cunha Bueno
Representante de Fernanda Silva Martins
Membro

[Handwritten signature]
Emilia da Silva
Representante de Karine Marques
Rodrigues Teixeira
Membro